

MUSEUS MEMORIAIS: LEMBRANÇAS DO PASSADO E DESAFIOS DA MEMÓRIA NO PRESENTE - ANÁLISE DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

MEMORIAL MUSEUMS: REMEMBRANCES OF THE PAST AND CHALLENGES OF MEMORY IN THE PRESENT – AN ANALYSIS OF THE MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

Fernanda Luiza Teixeira Lima Haddad ^a

^a Pesquisadora de Pós-Doutorado em Arqueologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Email: fernandaluizalima@ufmg.com.br

RESUMO

O final do século XX e o início do XXI foram marcados por um boom da memória, impulsionado por processos de justiça transicional e pela necessidade de enfrentar passados traumáticos. As demandas por reparação, a partir do Holocausto, consolidaram um modelo global de memorialização, com museus e memoriais que não apenas lembram as vítimas, mas também educam sobre os perigos do totalitarismo e os princípios dos direitos humanos. Na América Latina, o enfrentamento das ditaduras militares levou à conversão de antigos centros de repressão em museus-memoriais, como o Museo Sitio de Memoria – ESMA (Argentina), Londres 38 – Espacio de Memorias (Chile) e o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), refletindo diferentes graus de reconhecimento e justiça. A partir do estudo de caso do MRSP, este artigo analisa o surgimento desses espaços como novas formas de memorialização, evidenciando a necessidade de abordar a violência histórica e as violações de direitos humanos. O estudo se concentra em duas questões centrais presentes no circuito expográfico do MRSP: a primeira trata da incorporação do tempo presente, permitindo que o memorial estabeleça conexões entre a violência de Estado do passado e problemas contemporâneos, como violações de direitos humanos e práticas autoritárias. A segunda refere-se à ampliação das narrativas de resistência, incluindo grupos historicamente marginalizados, como indígenas, quilombolas, movimentos de periferia e ativistas LGBTQIA+, cujas lutas foram silenciadas durante e após as ditaduras. A problemática central é compreender de que forma o MRSP, considerado o exemplo mais estruturado de museu-memorial da ditadura no Brasil, lida com a tensão entre representar especificamente a memória das vítimas da repressão política e atender às demandas por inclusão de outras formas de violência de Estado e de resistência. O estudo também discute como exposições temporárias tensionam e ampliam as narrativas da exposição permanente, embora persistam desafios de representatividade efetiva e o risco de reduzir vozes subalternizadas a “apêndices narrativos” (Mbembe, 2018). Busca-se, assim, compreender como a memória da repressão continua sendo disputada e ressignificada no Brasil, e de que maneira o MRSP contribui para a construção de políticas de memória mais inclusivas e dinâmicas.

PALAVRAS-CHAVE

ditadura militar, museus memoriais, Memorial da Resistência, plano museológico, exposição permanente.

ABSTRACT

The late 20th and early 21st centuries were marked by a memory boom, driven by processes of transitional justice and the need to confront traumatic pasts. The demands for reparation, particularly following the Holocaust, consolidated a global model of memorialization through the creation of museums and memorials based on a “duty of memory.” These institutions not only commemorate the victims but also educate the public about the dangers of totalitarianism and the principles of human rights. In Latin America, the reckoning with military dictatorships led to the transformation of former centers of repression into memorial museums, such as the Museo Sitio de Memoria – ESMA in Argentina, Londres 38 – Espacio de Memorias in Chile, and the Memorial da Resistência (MRSP) in Brazil, each reflecting different levels of recognition and justice. Based on the case study of the Memorial da Resistência, this article analyzes the emergence of these spaces as new commemorative forms that respond to the pressing need to address historical violence and human rights violations. The study focuses on two central issues present in the MRSP’s exhibition circuit. The first concerns the incorporation of the present, allowing the memorial to establish connections between past state violence and contemporary issues, such as ongoing human rights violations and authoritarian practices. The second issue involves the expansion of resistance narratives to include historically marginalized groups—such as Indigenous peoples, quilombolas, peripheral movements, and LGBTQIA+ activists—whose struggles were silenced both during the dictatorships and in the post-dictatorship period. The article also explores how temporary exhibitions have challenged and expanded the narratives of the permanent exhibition, though obstacles to effective representation remain, along with the risk of reducing subaltern voices to mere “narrative appendages” (MBEMBE, 2018). Thus, the aim is to understand how the memory of repression continues to be contested and re-signified in Brazil, and how the Memorial da Resistência positions itself within this context, contributing to the construction of more inclusive and dynamic memory politics.

KEYWORDS

military dictatorship, memorial museums, Memorial da Resistência, museological planning, permanent exhibition.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA HADDAD, Fernanda Luiza Teixeira. Museus Memoriais: Lembranças do Passado e Desafios da Memória no Presente - Análise do Memorial da Resistência. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 44, p. 48 - 68, Jul-Dec, 2025.

1. Museus Memoriais: Espaços de Ativismo e Transformação Social

A paisagem museológica contemporânea testemunha um fenômeno marcante: a proliferação de espaços dedicados à preservação e à reflexão crítica sobre memórias traumáticas coletivas. Denominados por diferentes tipologias — “sítios de consciência”, “museus de memórias difíceis ou sombrias”, “centros de memórias”, “lugares de memórias”, “espaços de memória”, “museus de direitos humanos”, “memoriais da democracia”, “museus memoriais” ou simplesmente “memoriais” —, esses lugares transcendem a função tradicional de guardiões de um passado glorioso ou artístico, que predominou ao longo do século XIX. Podem ser tanto antigos centros de repressão convertidos em espaços de memória quanto instituições criadas especialmente para narrar, por meio de sua curadoria e acervos, as experiências de dor, resistência e luta por justiça.

A proposta desses lugares, que por vezes cumprem funções e se identificam como um espaço museal, não se resume apenas à exibição de objetos ou à relatos de fatos históricos; ao contrário, mobilizam afetos, engajamento político e reflexão crítica, configurando-se como espaços de ativismo e com função pedagógica. Suas linhas de atuação focam em eventos e processos históricos marcados por sofrimento massivo e trauma coletivo, frequentemente perpetrados ou tolerados pelo próprio Estado — como o Holocausto, as ditaduras militares na América Latina, os genocídios em Ruanda e no Camboja, a escravidão, a segregação racial e os conflitos armados.

Esse contexto global favoreceu a formação de redes transnacionais entre instituições de memória. Um exemplo marcante é a criação, em 1999, da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, organização que reúne mais de 300 museus, centros de memória e iniciativas ao redor do mundo, com o objetivo de ativar o potencial político e pedagógico desses espaços, conectando passado e presente para promover direitos humanos e justiça social. O crescimento dessa rede indica não apenas a expansão numérica desses espaços, mas também a consolidação de uma linguagem comum e de um vocabulário global em torno da memória traumática e do ativismo memorial (LIMA, 2022; MENESES, 2018).

Embora exista convergência internacional em torno dos “lugares de consciência”, Amy Sodaro (2019) propõe uma distinção importante ao analisar os museus memoriais. Ela os categoriza como distintos tanto dos memoriais tradicionais quanto dos sítios da Coalizão de Sítios de Consciência, argumentando que seu surgimento e consolidação representam uma forma expositiva singular. Apesar de compartilharem finalidades éticas – como o engajamento com o passado traumático, a promoção da justiça e a defesa dos direitos humanos –, os museus memoriais configuram-se como um modelo institucional próprio, com implicações formais, narrativas e pedagógicas específicas. Como a autora argumenta: “o próprio conceito de museu memorial implica que um memorial não é suficiente para abordar plenamente o passado e que a forma museal é necessária”. (SODARO, 2019, p. 221)

Desse modo esses museus assumem uma forma híbrida de atuação que combina elementos dos monumentos, memoriais e dos museus históricos, como a preservação de vestígios e a homenagem às vítimas, mas os ultrapassa ao propor uma abordagem museológica voltada para

o futuro. Mais do que recordar, os museus memoriais educam, mobilizam e operam como dispositivos de transformação social.

Ao integrarem múltiplas funções sociais, os museus memoriais rompem com a função estética dos memoriais convencionais e com a ênfase documental dos museus tradicionais. Funcionam como arquivos, centros de documentação, espaços de escuta, formação em direitos humanos e, sobretudo, como lugares de ativação cívica e resistência política. Por isso, mesmo quando vinculados a redes como a Coalizão de Sítios de Consciência, constituem uma categoria distinta, definida por sua estrutura narrativa, seu compromisso ético com as vítimas e sua orientação prática para a transformação do presente e do futuro.

Assim, uma das diferenças estruturais mais relevantes está na lógica experiencial e narrativa desses espaços, que buscam não apenas expor, mas fazer o visitante vivenciar o passado traumático — estratégia associada à noção de “memória protética”, conforme proposta por Alison Landsberg (2004): uma memória incorporada por sujeitos que não vivenciaram diretamente o evento, mas que são afetados por ele de forma sensível e ética, transformando sua percepção do mundo.

A emergência e a proliferação dessas instituições estão relacionadas, ao menos, a duas transformações interconectadas: a primeira delas é a ampliação do conceito de patrimônio, que sofreu significativa dilatação ao longo do século XX e início do XXI. Antes centrado em valores artísticos ou históricos considerados “positivos” — como as glórias nacionais ou tradições consagradas —, o patrimônio passou a incluir também os chamados “patrimônios negativos” ou “difíceis”.

No século XIX, as recém-criadas repúblicas europeias, em busca de legitimação e de coesão simbólica, construíram monumentos em espaços públicos que exaltavam feitos de guerra, conquistas coloniais e episódios glorificados do passado imperial. Os Estados-nação, em formação, optaram por institucionalizar uma memória oficial heroica, voltada à celebração dos grupos detentores de poder político e econômico (KNAUSS, 2018, p. 141). Esse projeto de exaltação nacional, denominado por José Ricardo Fernandes (2018, p. 33) de “pedagogia da nação”, foi responsável pela criação de uma espécie de “pantheon público” de “vultos nacionais”, cujos patrimônios materiais visavam forjar uma identidade comum em torno da ideia de sucesso e de progresso histórico.

Contudo, o trauma provocado pelas guerras do século XX, em especial a Segunda Guerra Mundial, desestabilizou o paradigma comemorativo tradicional. A destruição em massa, o colapso econômico e o alto número de vítimas civis impuseram uma nova relação com o passado. Como observa Sharon Macdonald (2009), a memória gloriosa passou a coexistir com a memória das atrocidades, marcando uma inflexão nas formas de representação histórica. Monumentos, museus e sítios de memória deixaram de exaltar feitos heróicos para denunciar crimes de Estado, genocídios e violências totalitárias. Esses espaços adquiriram valor simbólico como instrumentos de luto e responsabilidade ética. Seligmann-Silva (2009, p.13), com base em Walter Benjamin, argumenta que a representação do trauma atua como forma de assimilação coletiva dos choques

contemporâneos — da guerra ao terrorismo de Estado. Nesse contexto, a mídia e os dispositivos culturais tornaram-se centrais na elaboração simbólica da violência, configurando um mundo em que reconhece o trauma como parte de sua paisagem social e política.

A segunda transformação associada à emergência dos museus-memoriais refere-se ao que se convencionou chamar de "dever de memória", expressão que remete à responsabilidade ética de lembrar eventos traumáticos e reconhecer o sofrimento das vítimas. Embora amplamente popularizada no contexto do pós-Holocausto, suas raízes remontam a tradições mais antigas, como o imperativo bíblico *Zakhor* ("lembre-se")¹, que, segundo Paul Ricœur (2000, p. 6), "implica uma convocação à memória como gesto ético e político". O termo ganhou força após ser utilizado, em 1995, como título da edição francesa de uma obra póstuma de Primo Levi, baseada em uma entrevista concedida em 1983 a dois historiadores italianos. Publicada por ocasião do 50º aniversário da libertação dos campos de concentração, essa edição contribuiu significativamente para a difusão do termo, associando-o à figura de Levi e ao legado de Auschwitz. No entanto, é importante destacar que a formulação "dever de memória" não é de autoria do próprio Primo Levi: o título foi escolhido pela editora, em consonância com a sensibilidade memorial da época, ainda que contrarie o conteúdo da entrevista, na qual Levi expressa dúvidas e inquietações quanto às possibilidades e aos limites da transmissão dessa experiência extrema. (LALIEU, 2001, p. 83).

A emergência de uma nova sensibilidade memorial centrada na figura da vítima desencadeou um processo de ressignificação da memória coletiva. Essa mudança configurou-se, nas palavras de Annette Wieviorka (1998), em uma 'era testemunhal'².

Esse modelo de memória pública enfatiza o testemunho como núcleo narrativo, e fundamenta-se em um tripé que associa verdade, justiça e prevenção. A organização e divulgação dos testemunhos dos judeus, teriam consolidado a valorização do relato pessoal como forma legítima de conhecimento histórico, influenciando profundamente as formas de narrar e compreender o passado no Ocidente contemporâneo. A partir desse novo paradigma, o dever de memória deixou de se limitar à homenagem às testemunhas do passado e passou a ser compreendido como um processo de "acerto de contas" com a violência e a opressão, perante as comunidades historicamente marcadas pela exclusão e pelo trauma.

É neste contexto ético-político do 'dever de memória' que a transformação de espaços marcados pela violência em instituições museológicas voltadas à preservação e à comunicação dessas memórias tem se consolidado como uma das principais estratégias para materializar um compromisso ético com o passado.

¹ A expressão *Zakhor*, oriunda da tradição judaica, aparece em diversos trechos do Antigo Testamento como mandamento para lembrar eventos decisivos para a identidade do povo hebreu, como a saída do Egito ou o repouso sabático. Paul Ricœur interpreta esse mandamento como raiz ética das políticas contemporâneas de memória.

² A chamada "era do testemunho", segundo Annette Wieviorka (1998), consolidou-se a partir dos anos 1970 com a ampliação dos relatos de sobreviventes do Holocausto, impulsionada por julgamentos, filmes como *Shoah*, de Claude Lanzmann, e iniciativas como a Shoah Foundation. Wieviorka identifica três fases: inicialmente, os sobreviventes queriam falar, mas pouco eram ouvidos; em seguida, com o julgamento de Eichmann (1961), o testemunho passou a ter valor jurídico e político; por fim, na fase atual, é visto como um ato ético e social, essencial para preservar a memória e prevenir novas violências.

Em síntese, os museus memoriais, conforme definidos por Sodaro (2019), constituem novas formas comemorativas que expressam um imperativo contemporâneo: o de sociedades que se voltam para a violência histórica e para os abusos dos direitos humanos. Como analisa:

Nas “missões e objetivos” desses museus residem tensões fundamentais entre nossos desejos e expectativas em relação aos tempos passado, presente e futuro. Essas novas formas memoriais, e as expectativas de memória que nelas se depositam, frequentemente entram em conflito com a realidade do presente no qual foram criadas. (SODARO, 2019, p.209)

Para Jeniffer Carter (2013, p.53), esses museus buscam “instigar uma transformação profunda na sociedade”, posicionando-se como espaços de mobilização social e política, não se trata apenas de representar esse passado violento, mas de intervir no presente e pensar em novos futuros. Conforme Terence Duffy (1993), seu objetivo central é provocar nos visitantes uma reflexão crítica, promovendo o engajamento cívico e a defesa ativa dos direitos humanos.

Emergem como agentes ativos no enfrentamento dos legados de violência estatal, opressão, genocídios e violações sistemáticas dos direitos humanos, assumindo uma missão explícita de transformação social, educação para a cidadania e prevenção da repetição dessas atrocidades (Duffy, 1993). Lembrar criticamente o passado violento torna-se, então, um imperativo ético e uma ferramenta crucial para a construção de um futuro mais justo e democrático.

1.1 Breve Panorama Global de Museus Memoriais: Diversidade e Desafios

A consolidação, em escala global, de instituições dedicadas à preservação de memórias traumáticas — ainda que de forma desigual e impulsionada por distintas demandas e contextos — tornou-se uma característica marcante das últimas décadas. Essa diversidade se manifesta geograficamente em diferentes iniciativas. Projetos pioneiros surgiram na Ásia, especialmente no Japão, com o “Museu dos Direitos Humanos” de Osaka (1985) e os memoriais de Hiroshima e Nagasaki (década de 1990). Destacam-se ainda, no Camboja, o “Museu do Genocídio Tuol Sleng” e o “Instituto Sleuk Rith”, que mantêm viva a memória dos horrores cometidos pelo regime do Khmer Vermelho.

A Europa concentra diversas instituições memoriais com eixos temáticos variados, voltadas à preservação de experiências traumáticas do século XX. O museu estatal “Auschwitz-Birkenau”, na Polônia, preserva o maior campo de extermínio e testemunha o genocídio perpetrado durante o Holocausto. Na Alemanha, o museu “Topografia do Terror” documenta a estrutura repressiva do regime nazista, com foco nos órgãos centrais da Gestapo e da SS, enquanto o “Museu da RDA”, também em Berlim, retrata de forma interativa a vida cotidiana sob o regime socialista da antiga Alemanha Oriental. Na Rússia, o “Museu do Gulag” apresenta a história do sistema soviético de campos de trabalho forçado e a repressão política durante o stalinismo. Já na Hungria, a “Casa

do Terror” aborda os períodos de ocupação nazista e comunista, evidenciando os mecanismos de vigilância, repressão e violência de Estado.

No continente africano, após os conflitos étnico-civis da década de 1990, emergiram iniciativas memoriais museológicas importantes, como o “Memorial do Genocídio” de Kigali, em Ruanda, além do Museu do Apartheid na África do Sul.

As Américas também abrigam iniciativas significativas: no México, destacam-se o “Museu Memoria e Tolerância” que trata dos grandes genocídios do século XX, ou o “Sítio de Memória Circular de Morelia”, ex-centro clandestino de detenção; no Canadá, o “Museu de Direitos Humanos” que aborda os direitos dos povos indígenas; e, nos Estados Unidos, o “Museu Judaico” em Washington.

O Cone Sul abriga diversos memoriais em antigos centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio (CCDTs) das ditaduras militares de seus países. Durante as décadas de 1960 a 1980, a luta dos movimentos de direitos humanos, familiares de vítimas e sobreviventes incluiu a reivindicação pela transformação desses locais em espaços de memória. Casos paradigmáticos podem ser observados na Argentina, com a transformação da ESMA (Escola de Mecânica da Armada) no "Espacio Memoria y Derechos Humanos", e a criação do “Parque de la Memoria”. No Chile, destaca-se o Londres 38, ex centro da DINA, e Villa Grimaldi, ex cuartel terra nova, ambos em Santiago. No Uruguai, o “Museu da Memória” (MUME) funcionava em uma antiga residência clandestina de militares. No Brasil, o “Memorial da Resistência”, em São Paulo, instalado no antigo prédio do DOPS, é um dos principais exemplos.

A consolidação desses espaços, entretanto, enfrenta desafios consideráveis. Operar com memórias traumáticas impõe dilemas éticos importantes aos museus memoriais. Além das disputas políticas e sociais — especialmente por parte de grupos vinculados ao autoritarismo ou defensores da política do esquecimento —, esses espaços lidam com conflitos em torno das narrativas históricas, bem como com dificuldades de sustentabilidade financeira e institucional.

Todavia, para este artigo, consideramos os desafios morais e éticos, uma das principais questões refere-se à forma como devem ser ocupados esses espaços, principalmente se esses foram antigos centros de detenção, tortura e extermínio. Não há consenso sobre esse ponto e, mesmo nos casos mais consagrados, como os museus sobre o Holocausto, as exposições e abordagens museológicas nos antigos campos de concentração permanecem objeto de debate.

A busca por equilíbrio entre a dimensão do luto e a vocação pedagógica, bem como a garantia de representatividade de diferentes grupos e vozes, constitui tarefa constante e delicada. A demanda de diferentes grupos, que estiveram ligados as materialidades desses lugares, pela preservação dos testemunhos de sua história, a busca por equilíbrio entre a dimensão do luto e a vocação pedagógica, bem como a garantia de representatividade de diferentes grupos e vozes, constitui tarefa constante e delicada, somada à inclusão. Como elabora Felipe Eutério Hoffman, o alargamento da expansão patrimonial experimentada na segunda metade do século XX: “faz com que museus e demais instituições de memória incluam objetos pertencentes a um passado cada vez mais próximo do presente.” (2019, p.131)

Segundo Elizabeth Jelin (2003, p.15), as memórias coletivas são construídas a partir das disputas políticas travadas por aqueles que atuam como “empreendedores de memória”, buscando tornar públicas e legítimas suas reivindicações. Por envolverem atores diversos e com interesses distintos, os espaços de memória se configuram constantemente como lugares abertos à emergência de novas narrativas e significados. Essa complexidade se intensifica quando consideramos o caráter fluido dessas memórias, dotadas de historicidades reorganizadas pelos próprios sujeitos que se destinaram a contar suas experiências no sentido da violência compartilhada e por serem acionadas em outras conjunturas e interpretadas por uma nova “chave intergeracional”. As gerações seguintes concebem esses testemunhos e a materialidade expográfica apresentada nesses espaços a partir de outros espaços de socialização — escolas, monumentos públicos, livros e outros meios de comunicação — e passam a disputar o sentido sobre o passado narrado e a veracidade contida nesses depoimentos. (LIMA, 2022, p 317).

Daí a necessidade de compreender, nesta relação profícua entre interpretação, objetos e sujeitos no caso do discurso museal, quem fala, por quem fala, para quem fala, quando fala e, não menos importante, porquê se fala. Por esta perspectiva, analisamos a seguir, como o Memorial da Resistência a partir de sua exposição permanente elabora narrativas públicas sobre o passado militar brasileiro, dando atenção às suas escolhas de visibilidade e invisibilidade. Avaliamos também a funcionalidade do seu princípio norteador – o imperativo ético do "dever de memória" – como ferramenta de educação em direitos humanos.

Nessa abordagem, é fundamental considerar a presença ativa do tempo presente no processo de lembrar e esquecer. Ele suscita indagações sobre o quanto o passado intervém na escolha curatorial desses espaços e quais aspectos são selecionados ou exigidos por diferentes grupos sociais para serem atualizados e ressignificados no presente.

2. O Memorial da Resistência e o tempo presente: alargamento da noção de repressão e resistência

Ao contrário dos países vizinhos, como Argentina e Chile — que concentram a maior parte dos centros de memória institucionalizados sobre suas ditaduras —, o Brasil avançou de forma lenta e desigual na conversão de antigos centros de detenção em museus memoriais. Ainda assim, surgiram algumas iniciativas em diferentes estágios de funcionamento.

Em primeiro lugar, destacam-se aquelas que operam de forma regular, como: o “Lugar de Memória de Curitiba (LUME)”: localizado no antigo Presídio do Ahú, ex-centro de repressão política no Paraná durante a ditadura civil-militar brasileira. O “Memorial da Resistência de Fortaleza”: instaurado na antiga sede da polícia federal, o espaço abriga a exposição permanente “Arquivo das Sombras”, sendo possível conhecer duas antigas celas e uma solitária, além do “Memorial da Resistência” (MRSP) de São Paulo que será melhor apresentado adiante.

Em segundo lugar, consideramos ex-centros de detenção, que já passaram pelo processo

de tombamento e possuem minimamente atividades de visitação esporádicas em seus espaços, mas que ainda não foram institucionalizados como museus de memória: como é o caso do “Antigo Doi-Codi/SP”, antigo centro de tortura na capital paulista, o “Museu de Direitos Humanos” em Belo Horizonte, onde funcionava o antigo Dops/MG e Doi-Codi/MG, que foi ocupado por movimentos sociais em 2025 e disputa a criação do espaço memorial com o governo do estado, o “Porão da Ditadura”, localizado no Centro de Artesanato Mestre Dezinho no Piauí, onde funciova o Quartel da Polícia Militar, hoje o espaço recebe estudantes para conhecer o antigo porão e as escadas onde opositores eram torturados.

E em terceiro lugar, há os espaços que estão em processo de disputa pelo tombamento, e ocupação, como a *Casa da Morte* de Petrópolis³, ex-centro clandestino de detenção, antigo Dops/RJ, *Casa Azul* (Memorial sobre a Guerrilha do Araguaia), espaço que foi palco de detenções ilegais no contexto da Guerrilha do Araguaia. Esses ex-centros, apesar de possuírem certa mobilização para sua transformação em memoriais, ainda enfrentam obstáculos políticos, orçamentários e institucionais.

Dentre as experiências de musealização da repressão no Brasil, o MRSP destaca-se como a iniciativa mais estruturada e institucionalizada. Inaugurado em 2009, o antigo edifício do DEOPS/SP (1940–1983) foi convertido em museu da memória, 17 anos após o fim da ditadura, resultado de um longo processo de patrimonialização, institucionalização e disputa simbólica pelo espaço.

A criação do memorial foi impulsionada pela mobilização de ex-presos políticos e organizações de direitos humanos, que se opuseram à proposta inicial do governo estadual de nomear o local como “Memorial da Liberdade”, por considerarem o nome incompatível com o passado repressivo do edifício. A pressão coletiva garantiu a adoção do nome atual, consolidando o espaço como lugar de denúncia das violações de direitos humanos promovidas pelo Estado.

Segundo Maurice Politi⁴ (MRSP, 2018), fatores políticos específicos contribuíram para que São Paulo se tornasse pioneira na criação do memorial: a articulação dos movimentos sociais, o fortalecimento do programa federal “Direito à Memória e à Verdade” e os processos de reparação promovidos pelo Ministério da Justiça. Ele destaca ainda que, embora a atuação da sociedade civil tenha sido fundamental, o interesse do governo estadual foi decisivo para tirar o projeto do papel.

Outro fator relevante foi o fato de o acervo do DEOPS já integrar o Arquivo Público do Estado, o que facilitou o acesso à documentação.

Instalado em um autêntico lugar de memória, o Memorial compartilha o edifício com a Pinacoteca de São Paulo: ocupando 1.140 m², enquanto a Pinacoteca utiliza 1.705m² do espaço destinado às exposições de artes. A distribuição interna do MRSP organiza-se da seguinte forma:

³ Em 23 de maio de 2025, a Justiça autorizou a Prefeitura de Petrópolis a tomar posse da Casa da Morte, antigo centro clandestino de tortura utilizado durante a ditadura militar. O imóvel será transformado em memorial com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos. A gestão do espaço será compartilhada com a Universidade Federal Fluminense (UFF), responsável por pesquisas, articulações comunitárias e estudos sobre a implantação do memorial.

⁴ Ex-presidiário político, administrador e diretor do Núcleo Memória.

no térreo está a exposição permanente (200 m^2); no primeiro andar, o Centro de Referência, voltado à preservação e produção documental; no terceiro, o espaço para exposições temporárias ($769,40\text{ m}^2$); no quarto as instalações administrativas e no quinto, o auditório.

O museu estrutura-se em quatro eixos curoriais: (1) a história política e arquitetônica do edifício; (2) uma linha do tempo que articula repressão e resistência no Brasil republicano; (3) a ambientação do cotidiano carcerário com testemunhos e homenagens; e (4) um centro de referência com acervo digital e físico do DEOPS. Essa museografia colaborativa contou com historiadores da USP, educadores da Pinacoteca e ex-presos políticos, que analisaram documentos sob custódia do Arquivo Público Estadual. Programas educativos e parcerias com instituições de direitos humanos integram o passado à luta democrática atual.

Essa museografia emergiu de um inédito processo colaborativo entre historiadores do PROIN-USP, educadores da Pinacoteca e ex-presos políticos, que validaram narrativas e selecionaram documentos entre 1,5 milhão de fichas e 163 mil pastas do arquivo do Deops, sob custódia do Arquivo Público Estadual. Programas educativos complementares — como rodas de conversa, seminários e parcerias com instituições de direitos humanos — visam vincular passado e presente, fomentando reflexões sobre democracia.

Apesar de sua relevância, o processo de musealização do Memorial da Resistência de São Paulo foi marcado por controvérsias. Durante a reforma e requalificação do térreo do antigo prédio do DEOPS, parte das inscrições feitas por presos políticos nas paredes das celas foi removida. Esses registros, considerados testemunhos materiais da repressão e da resistência, durante a reforma e requalificação do térreo do edifício. Essa ação gerou controvérsia, pois as inscrições eram consideradas um importante testemunho da história política do local e revelou ao mesmo tempo os embates em torno da materialidade da memória. Essas disputas reaparecem de forma latente na própria exposição permanente do memorial. É nela que se condensam um dos principais desafios da instituição em articular temporalidades diversas, ampliar as vozes representadas e enfrentar as tensões entre memória, história e presente.

2.1 Exposição Permanente – O Presente no Passado: Disputas de Temporalidade e Ampliação de Narrativas

A exposição permanente ocupa um lugar central no projeto museológico do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), funcionando como eixo articulador das demais ações desenvolvidas pela instituição. Os espaços preservados e musealizados — celas, corredores e áreas de confinamento — “testemunharam atrocidades e desencantos, mas também acolheram atitudes de coragem, fraternidade e resistência, e hoje servem como inspiração para a valorização dos princípios democráticos e o respeito à diferença” (MRSP, 2018, p. 230).

A exposição estrutura-se em dois eixos principais. O primeiro é o *Espaço Prisional*, que preserva e musealiza quatro celas remanescentes, o corredor principal e o “corredor do banho de sol”, oferecendo ao visitante uma experiência sensorial e reflexiva a partir da arquitetura do cár-

cere. O segundo eixo é a *Contextualização Histórica*, que insere o DEOPS/SP em uma rede mais ampla de repressão e resistência, com destaque para um mapa de sítios de memória desde o Estado Novo até a ditadura militar. Esses dois eixos organizam o circuito expositivo em quatro módulos interligados, que exploram diferentes dimensões da repressão, da resistência e da memória:

Módulo A – Espacialidades da ditadura no estado de São Paulo: apresenta o mapeamento de 183 locais de repressão e resistência no estado de São Paulo, compondo uma geografia multiescalar (local → estadual → nacional → internacional). São pontos da cidade onde ocorreram lutas de resistência contra graves violações de direitos humanos, envolvendo detenções, prisões arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos forçados de pessoas, grupos e movimentos, considerados uma ameaça para a ordem constituída. Assim o módulo faz um recorte sobre os locais classificados no programa como sítios de memória, que guardam informações sobre a ditadura militar na capital paulista.

Módulo B – O Edifício e Suas Memórias: articula a história arquitetônica do prédio com a missão institucional do memorial sob o lema “Lembrar é resistir”, convertendo o dever de memória em ação política contemporânea.

O Módulo C – Controle, Repressão e Resistência: O módulo é organizado a partir de uma linha do tempo (1889–2008) que relaciona a trajetória do DEOPS-SP a práticas mais amplas de repressão e resistência no Brasil. Apresenta legislações autoritárias, movimentos políticos, formas de controle social e episódios de resistência — de Canudos à repressão a greves e ao massacre do Carandiru em 1992. Um vídeo e documentos históricos complementam a narrativa, reforçando o valor de verdade do espaço.

Módulo D – O Cotidiano nas Celas: propõe uma imersão sensorial por meio de reconstituições cenográficas e testemunhos orais, explorando o espaço carcerário remanescente e buscando reconstruir o cotidiano dos presos políticos no DEOPS-SP. Composto por quatro celas, esse módulo articula memória e experiência vivida. A primeira cela representa o processo de implementação do Memorial, evidenciando a própria construção da memória. A segunda cela rememora os milhares de detidos, desaparecidos e assassinados pelo DEOPS-SP, simbolizados por um cravo vermelho sobre uma mesa de madeira — ícone internacional da resistência. A terceira cela reconstrói o ambiente carcerário, apresentando descrições das rotinas dos presos com frases inscritas nas paredes. Já a quarta cela valoriza os laços de solidariedade entre os detidos, destacando como suas ações coletivas de resistência foram fundamentais para a sobrevivência no cotidiano do cárcere (ARAÚJO & BRUNO, 2009, p. 81).

Embora o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) seja um dos espaços museológicos institucionais mais ativo dedicado à memória da repressão e da resistência da ditadura no Brasil, sua exposição permanente (2009–2021) segue atravessada por intensas disputas simbólicas. Um dos pontos mais controversos refere-se ao Módulo D, que reconstituiu celas da antiga sede do DEOPS-SP com base em testemunhos de ex-presos políticos, a intenção era facilitar a compreensão do público e promover uma experiência imersiva. No entanto, a padronização das celas

gerou críticas entre ex-detentos que vivenciaram condições distintas, suscitando questionamentos sobre a fidelidade histórica e os limites da representação museológica do trauma.

As disputas em torno da memória e da representação da história recente também se materializam no Módulo C da exposição permanente, especialmente na linha do tempo dedicada à repressão e à resistência. Concebida inicialmente como uma narrativa linear, centrada na ideia de superação do autoritarismo com a redemocratização formal de 1985, essa seção tornou-se alvo de críticas por sua delimitação temporal e pela ausência de referências às persistências da violência estatal no período democrático. Nesse contexto, a intervenção *Formas de Transição*, realizada pela artista Clara Ianni em 2017, desestabilizou essa narrativa ao inserir placas que documentam episódios de repressão, assassinatos e violações de direitos cometidos pelo Estado após o fim oficial da ditadura. A ação ampliou o escopo temporal da exposição, questionou o mito da transição pacífica e evidenciou a permanência de práticas autoritárias que continuam a atingir, de forma desproporcional, populações negras, periféricas e indígenas. (Figuras 1 e 2)



Figura 1: Intervenções na linha do tempo da exposição permanente do Memorial da Resistência.

Fonte: Foto tirada pela autora em 27 de novembro de 2021.

Em 2020, parte das placas da intervenção *Formas de Transição* (Figura 2) foi incorporada ao acervo permanente do Memorial, sinalizando uma abertura institucional às pressões sociais por revisão da narrativa histórica na linha do tempo. No entanto, sua disposição em uma parede lateral e em formato reduzido dificulta a visualização imediata e as posiciona como comentários periféricos à exposição principal.



Figura 2: Incorporação das placas que compuseram a intervenção *Formas de Transição* em posição lateral à linha do tempo original.

Fonte: Foto tirada pela autora em 27 de novembro de 2021.

Ciente da persistência da violência em contextos democráticos e das lacunas na representação de certos grupos na exposição de longa duração, a coordenadora do Memorial da Resistência, Ana Pato (entrevista à autora, 6 nov. 2020), defende a ampliação da linha do tempo como prioridade para a equipe. Segundo ela, a proposta é que essa expansão ocorra em formato digital, o que permitiria tanto estender o recorte temporal quanto incorporar vítimas historicamente invisibilizadas. Pato ressalta ainda que as ações do MRSP não devem se restringir à resistência civil contra a ditadura, mas incluir as múltiplas formas de resistência que persistem no presente.

A digitalização da linha do tempo (1889–atual) constitui uma ferramenta potente para a atualização e ampliação do enfoque temático, tal configuração evidencia a permeabilidade do museu às disputas de memória quanto aos limites que dificultam a reformulação efetiva do discurso expositivo hegemônico. No entanto, essa digitalização pode também criar uma nova camada de exclusão, ao depender do acesso digital, além de fragmentar a experiência museal. A própria escolha por mantê-la como um "comentário periférico" (digital ou físico) à narrativa principal indica um limite estrutural.

Críticas também apontam lacunas na representação de diferentes perfis de vítimas e persistentes na narrativa do Memorial. A visualidade da exposição apoia-se majoritariamente em reproduções fotográficas sob um filtro laranja e branco correspondente a identidade visual da instituição (**Figuras 3 e 4**) que constroem uma leitura coletiva da repressão e da resistência, ancorada sobretudo na trajetória estudantil e na militância armada (MAUAD, 2018).



Figura 3: Módulo A da Exposição Permanente do MRSP.

Fonte: Foto tirada pela autora em 27 de novembro de 2021.



Figura 4: Módulo C da Exposição Permanente do MRSP.

Fonte: Foto tirada pela autora em 27 de novembro de 2021.

As figuras de resistência predominantes são jovens líderes homens, o que reforça críticas à masculinização do ativismo e às desigualdades de classe e raça presentes nas narrativas nostálgicas (LANGLAND, 2013).

Por sua vez, a repressão é representada por militares uniformizados em atos coercitivos, evocando o “imaginário genocida” (Jinks, 2013). Essa construção visual, centrada no confronto urbano entre manifestantes e agentes da repressão, tende a obscurecer as dimensões estruturais do autoritarismo e a silenciar o papel de sujeitos historicamente marginalizados.

Outras discussões relevantes, entre elas sobre representações de gênero, também ocorreram. Maria Amélia de Almeida Teles, ex-presa do DEOPS-SP e importante militante feminista, afirmou que, no Brasil, o trabalho com a memória sempre seguiu uma lógica patriarcal e, para ela,

essa lógica se reflete no projeto do Memorial da Resistência:

"No Memorial da Resistência, aquela cela três é a cela das mulheres. (...) A ditadura fez isso porque as mulheres eram em número menor, mas ali está a cela delas. (...) Só que na recuperação do centro de memória, há muitos depoimentos de homens e muito pouco de mulheres. E onde estão as celas das mulheres? Sempre vou reivindicar esse lugar. (ANPOF, 2023)⁵.

A crítica de Teles centra-se na invisibilização das mulheres nesses espaços de memória, ressaltando que suas histórias de resistência, tortura e luta política ainda não recebem a devida atenção. Essa ausência não é apenas temática, mas também estética e simbólica, manifestando-se nas próprias escolhas curatoriais e visuais da exposição.

Essa tendência à homogeneização da resistência também se expressa no módulo C da exposição, que constrói uma narrativa celebratória centrada em uma comunidade unificada de vítimas e resistentes. Isso é particularmente visível no vídeo institucional ali exibido, que afirma que todos "lutaram imbuídos pelos mesmos ideais de justiça e democracia" — formulação que contrasta com estudos historiográficos que evidenciam a pluralidade das formas de resistência. Como aponta Maria Paula Araújo (2006), coexistiram projetos distintos no interior da esquerda: de um lado, a luta armada e a busca por transformação revolucionária; de outro, setores que apostavam na redemocratização progressiva e em alianças com forças liberais.

Além disso, apesar dos avanços promovidos por pesquisas do Centro de Referência (BONAS, 2020), grupos historicamente marginalizados — como indígenas, quilombolas, movimentos periféricos e LGBTQIA+ — seguem sub-representados. A ênfase na militância armada e estudantil contribui para invisibilizar outras formas de oposição, como o ativismo cultural e o Movimento Negro Unificado (Araújo, 2006), além de negligenciar a participação de setores civis — empresariado, imprensa, sistema judiciário — na sustentação do regime autoritário.

O encerramento da exposição combina os testemunhos de torturados e resistentes com uma narrativa de transição vitoriosa, que tende a apagar projetos de transformação social mais amplos — voltados à justiça econômica e racial — e a reafirmar o imaginário de uma resistência civil como única defensora legítima da democracia (Reis Filho, 2000). Assim, silencia não apenas as redes de apoio à ditadura, mas também outras formas de luta invisibilizadas na narrativa oficial.

O Memorial, portanto, em sua última sala do circuito expográfico tende a enquadrar repressão e resistência como acontecimentos encerrados no passado, situados em um tempo e espaço excepcionais. Essa abordagem, embora importante para a preservação da memória histórica, pode apagar as continuidades das formas de autoritarismo e das lutas por justiça que persistem no presente. Para muitas vítimas e visitantes, a violência estatal, a exclusão social e as

⁵ TELES, Amelinha. Entrevista à ANPOF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twu1XkVWFNc>. Acesso em: 22 jun. 2025.

estratégias de resistência não pertencem apenas à história, mas integram suas vivências cotidianas. O principal desafio do espaço reside justamente em reconhecer essas permanências e em criar espaços mais inclusivos para que essas vozes historicamente silenciadas possam emergir e ser legitimadas no discurso museal.

Iniciativas como a intervenção “Formas de Transição”, realizada por Clara Ianni em 2017, exemplificam a persistência de tensões entre a memória institucional e as demandas sociais. Ao ampliar o escopo temporal da exposição para além de 2008 e denunciar o racismo estrutural por meio do foco em vítimas negras, periféricas e indígenas, a obra não apenas confronta silenciamentos, como também estimula a produção de novas narrativas.

Contudo, os efeitos dessas ações na exposição permanente ainda são tímidos. Avanços importantes no sentido da ampliação narrativa têm ocorrido, sobretudo, em exposições temporárias. É o caso de *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* (2022-2023). (Figura 5)



Figura 5: Exposição Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência.

Fonte: Memorial da Resistência, 2022

Esta última, organizada por Mário Medeiros em colaboração com movimentos e instituições negras, confrontou o apagamento histórico das vidas negras no Brasil ao estabelecer conexões entre escravidão, ditadura militar e violência policial contemporânea.

Ao adotar uma estética marcante e linguagem pop, a mostra rompeu com os códigos visuais e narrativos tradicionais da exposição permanente, substituindo a cronologia linear por uma cartografia de ciclos históricos de opressão e resistência. Essa abordagem desestabilizou os paradigmas museográficos convencionais e evidenciou padrões estruturais da violência de Estado, com destaque para sua dimensão racializada — como nas ações de Sérgio Fleury e nos Esquadrões da Morte, que atuavam nas periferias torturando e executando, sobretudo, pessoas negras.

Ao reconhecer expressões culturais periféricas, como os blocos afro e o hip-hop, não como

manifestações folclóricas, mas como tecnologias políticas de resistência, a exposição reconfigurou memórias sociais e ampliou os sentidos da resistência inscrita no espaço museal. Esse gesto dialoga com a luta antirracista intensificada no final dos anos 1970, quando denúncias sobre violência policial, favelização, encarceramento em massa e precariedade da cidadania negra escaçaram as continuidades do racismo estrutural no pós-1985. Embora o período da Constituinte e a Nova Constituição de 1988 tenham proporcionado avanços — como a criminalização do racismo e o reconhecimento das terras quilombolas —, a promessa democrática mostrou-se parcial para a população negra, cuja resistência seguiu ativa nos territórios, nas ruas e nas linguagens culturais.

E ainda, podemos citar a exposição temporária *Mulheres em Luta! Arquivos de Memória Política* (2022–2024), com curadoria de Ana Pato, que destacou o protagonismo feminino na resistência à ditadura e nas lutas por memória, verdade e justiça no período pós-1985. A mostra valorizou arquivos pessoais, testemunhos e práticas coletivas de mulheres que enfrentaram a repressão, ampliando o repertório simbólico e político da resistência. Ao evidenciar trajetórias muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas tradicionais, a exposição contribuiu para tensionar os limites de gênero da memória política institucionalizada e reafirmou a centralidade das mulheres na construção da democracia. (Figura 6)



Figura 6: Mulheres em Luta! Arquivos de Memória Política.

Fonte: Fotografia: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

A ampliação das narrativas de resistência tem se concretizado no espaço expositivo por meio de editais e do incentivo a exposições temporárias, que estimulam pesquisas sobre a ditadura com foco em grupos historicamente silenciados.

No entanto, a tradução dessas pesquisas em ações expográficas ainda é incipiente, apesar dos avanços, persistem silêncios estruturais. A inclusão museal pode ser superficial ou instrumentalizada, perpetuando dinâmicas de poder ao invés de subvertê-las. A "ampliação narrativa" pode se tornar uma estratégia de governança que incorpora críticas para neutralizá-las ou con-

finar resistências a espaços temporários/alternativos, sem alterar o núcleo duro da narrativa hegemônica da exposição permanente (até sua reformulação em 2025). A própria disposição marginal das placas de Ianni após incorporação ilustra esse risco (Figura 2). Nesse contexto, torna-se evidente o alerta de Achille Mbembe (2018, p. 69) sobre a "musealização do mundo"⁶ e o perigo de reduzir sujeitos subalternizados a "apêndices narrativos", integrados apenas superficialmente a estruturas institucionais que permanecem alheias às suas experiências e demandas históricas.

O fechamento da exposição permanente, previsto para 29 de junho de 2025, representa uma oportunidade decisiva para redesenhar o espaço por meio de curadorias colaborativas que integrem vozes plurais.

3. Considerações finais:

A emergência de museus dedicados à memória histórica configura-se como fenômeno paradigmático nas dinâmicas contemporâneas de patrimonialização, práticas memorialísticas e afirmação de direitos humanos. Para além de instituições custodiantes do passado, tais espaços consolidam-se como dispositivos de ação política no presente e arcabouços éticos para futuros possíveis. No cenário latino-americano, a reconversão de sítios de repressão em locais de consciência corporifica lutas sociopolíticas por verdade e reparação histórica. Embora atravessados por tensões institucionais, esses lugares operam como testemunhos materiais da capacidade coletiva de transmutar trauma em pedagogia crítica e mobilização cívica.

Contudo, a premissa teleológica que associa evidência histórica a progresso democrático — sintetizada no lema "nunca mais" — revela fragilidades epistemológicas. A eficácia pedagógica e política dos museus memoriais é complexa e não linear. O impacto real na opinião pública, na prevenção de novas violências ou no engajamento cívico duradouro é difícil de mensurar e pode ser superestimado. A "catarse" emocional pode substituir a compreensão histórica profunda ou a ação política concreta. Conforme alerta Benito Schmidt (2015, p. 166): "a expectativa de que a exposição pública de atrocidades passadas garantirá futuros democráticos carece de sustentação empírica consistente". Nesse modelo museal, as narrativas sobre violências pretéritas articulam-se a reflexões críticas sobre genealogias autoritárias, falâncias judiciais e a memória como tecnologia de cidadania ativa.

O Memorial da Resistência exemplifica essas tensões dialéticas: ao ressignificar espaços carcerários, confronta simultaneamente o legado ditatorial e as demandas contemporâneas por inclusão narrativa. Suas iniciativas recentes — como a incorporação de vozes indígenas, quilombolas e LGBTQIA+ em curadorias colaborativas — demonstram o caráter processual da memória institucional. Essa dinâmica revela como o presente reconfigura incessantemente o passado,

⁶ A noção de "musealização do mundo", tal como formulada pelo autor, denuncia um processo em que a vida — especialmente aquela marcada por experiências coloniais e racializadas — é transformada em espetáculo e mercadoria. Nesse regime, objetos e corpos são deslocados de seus contextos históricos e simbólicos, esvaziados de sua potência política e inscritos em narrativas que os neutralizam.

transformando o museu em arena viva de disputas por reconhecimento, onde digitalizações e metodologias participativas desafiam hegemonias memorialísticas.

Entretanto, tais iniciativas, embora relevantes, permanecem insuficientes frente às lacunas estruturais e silêncios persistentes que atravessam a narrativa oficial do Memorial. Como discutido, ainda predominam representações centradas na militância armada masculina, de perfil branco e de classe média, enquanto grupos como mulheres periféricas, pessoas negras, indígenas e dissidentes de gênero seguem sub-representados ou reduzidos a presenças periféricas.

Mbembe (2018, p. 69) problematiza os limites desse paradigma, o autor adverte que a musealização de sujeitos subalternizados frequentemente os reduz a "apêndices narrativos", reproduzindo lógicas excluientes. Nesse sentido, o MRSP ainda reproduz, em parte, essa dinâmica, ao não confrontar plenamente os efeitos de longa duração das continuidades autoritárias no presente. Paralelamente, novas epistemologias museais emergem fora dos circuitos tradicionais: museus comunitários, pontos de memória e ecomuseus constituem contra-esferas públicas que subvertem modelos institucionais, articulando memórias dissidentes através de gramáticas locais (Soares; Brown; Nazor, 2018).

Diante disso, reafirma-se que os desafios da inclusão efetiva, da escuta sensível e do enfrentamento das heranças coloniais e autoritárias continuam sendo centrais para qualquer política de memória verdadeiramente democrática. Esse cenário complexo demanda reavaliações estruturais: os museus memoriais enfrentam o duplo desafio de evitar a universalização do trauma enquanto negociam sua função política em sociedades marcadas por violências sistêmicas recorrentes. Sua relevância futura dependerá da capacidade de estabelecer diálogos com os movimentos que reivindicam o direito à autorrepresentação.

O MRSP simboliza uma vitória contra o esquecimento, mas também expõe fragilidades: a dependência de vontades políticas e a constante tensão entre institucionalização e preservação da memória autêntica. Sua trajetória reforça que a transformação de locais de tortura em espaços de memória não é apenas um ato museológico, mas um ato político de reparação histórica – ainda incompleto no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Felipini; MENESES, Caroline Grassi Franco. Avaliação e a experiência cotidiana. In: ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.
- BONAS, Marília. In: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência, 10 anos: presente! São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.
- CARTER, Jennifer. L'éthique dans les musées, créateurs de sens: nouvelles frontières, nouveaux enjeux. Musées [Société des Musées Québécois (SMQ)], v. 31, 2013.
- DUFFY, Terence. The peace museum concept. Museum International: Museums of war and peace,

- Cambridge, MA, n. 177, v. XLV, p. 4-8, 1993.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. História pública e monumentos: a narrativa visual do passado nacional. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? What public history do we want? Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018. p. 33-50.
- HOFFMAN, Felipe Eleutério. O museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre memórias do trauma, museus e direitos humanos. PerCursos: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 129–158, jan./abr. 2019. ISSN 1984-7246.
- JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (orgs.). Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. (Coleção Memorias de la represión).
- JINKS, Rebecca. / ‘The Holocaust and the Imagination of Genocide’. Representing the Holocaust in the Age of Globalisation. editor / Richard Crownshaw; Albert Lichtblau. 2013.
- KATTAN, Emmanuel. Penser le devoir de mémoire. Paris: PUF, 2002.
- KNAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? What public history do we want? Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018.
- LALIEU, Olivier. L'invention du devoir de mémoire. Vingtième siècle. Revue d'Histoire, n. 69, 2001.
- LANDESBERG, Allison. Prosthetic Memory: The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture. New York: Columbia University Press, 2004.
- LANGLAND, Victoria. Speaking of Flowers: Student Movements and the Making and Remembering of 1968 in Military Brazil. Durham, N.C.: Duke University Press, 2013.
- LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. Luz e sombra: lembranças e esquecimentos sobre as ditaduras militares do Brasil e do Chile no "Memorial da Resistência" e no "Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos" (1990–2018). 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1705601081610>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- MACDONALD, Sharon. (2009). Difficult heritage: Negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond. 10.4324/9780203888667.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1edições, 2018.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO (Org.). Memorial da Resistência, 10 anos: presente!. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.
- MARIA MAUAD, Ana; LISSOVSKY, Mauricio. As mil e uma mortes de um estudante: foto-ícones e história fotográfica. Estudos históricos (Rio de Janeiro, Brazil), v. 34, p. 4-29, 2021. DOI: 10.1590/s2178-149420210102.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. In: 10º Encontro Paulista de Museus-SISEM, São Paulo, jul. 2018. p. 1-16. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>.

Acesso em: 23 jun. 2025.

POLITI, Maurice. In: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência, 10 anos: presente! São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2000.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, v. 30, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOARES, Bruno Bralon; BROWN, Karen; NAZOR, Olga (orgs.). Definir os museus do século XXI: experiências plurais. Paris: ICOM/ICOFOM, 2018a. p. 134-139.

SODARO, Amy. Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence. Rutgers University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1v2xskk>.

WIEVIORKA, Annette. The Era of the Witness. Tradução Jared Stark. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

Recebido em: 24/06/2025

Aprovado em: 10/07/2025

Publicado em: 19/12/2025